



<b>Evento</b>	Salão UFRGS 2020: SIC - XXXII SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
<b>Ano</b>	2020
<b>Local</b>	Virtual
<b>Título</b>	A restituição de patrimônio cultural analisada a partir do caso do busto da Nefertiti
<b>Autor</b>	MARIA EDUARDA GOMES LINS PASTL
<b>Orientador</b>	LISIANE FEITEN WINGERT ODY

## **A restituição de patrimônio cultural analisada a partir do caso do busto da Nefertiti**

Pesquisadora: Maria Eduarda Gomes Lins Pastl  
Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra. Me. Lisiane Feiten Wingert Ody  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS  
Núcleo de Pesquisas em Direito Comparado e Internacional

Desde o final da Segunda Guerra Mundial, com a criação de órgãos como a ONU e a UNESCO, o debate acerca da restituição de bens culturais se intensificou. A chamada descolonização dos museus ocidentais exemplifica esse movimento crescente de rever percepções do passado, questionando a posse de diversos artefatos históricos por países outrora colonizadores. Ao redor do mundo, indaga-se em quais circunstâncias esses objetos foram extraídos de países colonizados e se sua retirada pode ser considerada legal. Essas questões reacendem a polêmica que inspirou essa pesquisa: a quem pertence o passado? Diante da enorme abrangência da controvérsia, a pesquisa propõe a sua análise à luz do caso do busto da Nefertiti. Conhecida como a “Mona de Amarna”, cidade em que foi descoberta, essa estátua tem 3.300 anos de “bagagem cultural”, atraindo milhares de turistas a Berlim, Alemanha, onde se encontra desde 1913. De um lado, os alemães alegam que o busto está mais seguro na capital alemã, diante do risco de danos de eventual deslocamento, defendendo que a demanda do Egito só foi feita quando a estátua se tornou mundialmente famosa. Do outro lado, o Egito ressalta que os alemães encobriram a relevância do artefato à época da inspeção do Serviço Egípcio de Antiguidades. O país destaca que a remoção foi feita durante período imperialista, em que as leis existentes não impediam o abuso das nações colonizadoras. O caso paradigma dessa pesquisa ilustra, portanto, as dificuldades presentes nas demandas de restituição de patrimônio histórico. A discussão, que se arrasta há mais de um século, envolve não somente leis e crenças de nações diferentes, mas também de diferentes épocas, o que potencializa o debate. O trabalho se desenvolve por meio dos métodos comparativo funcional e histórico. Primeiramente, procede-se ao esclarecimento de conceitos gerais, essenciais à compreensão do tema e, em segundo, busca-se analisar as diversas facetas da controvérsia, isto é, seus aspectos culturais, morais, filosóficos, políticos e legais. A pesquisa, que ainda está em andamento, já conta com conclusões parciais.